

X LEGISLATURA
ACTA Nº 96/X/4ª SL

Aos vinte dias do mês de Janeiro de 2009, pelas 15h00, reuniu a Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional, na Sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Requerimentos do PCP:

- *Propõe a realização de um debate na Assembleia da República sobre o pequeno comércio em Portugal;*
- *Solicita a presença do Sr. Ministro da Economia e da Inovação sobre a empresa Tyco Electronics;*
- *Solicita a audição do Presidente da Autoridade da Concorrência para avaliação da sua intervenção em diversas actividades;*
- *Solicita que a audição já requerida com a presença do Sr. Ministro da Economia e da Inovação (sobre a empresa Tyco Electronics) seja agendada o mais rápido possível e que a mesma possa também integrar a situação económica de empresas.*

2. Apreciação dos Projectos de Resolução 197/X (PSD) - "Promoção dos aproveitamentos hidroeléctricos" e 199/X (PSD) - "Promoção do aproveitamento energético da biomassa agrícola"

3. Ofício da Comissão de Orçamento e Finanças: Parecer sobre a Conta Geral do Estado 2007

4. Relatório da Audiência concedida à Associação dos Comerciantes de Ourivesarias e Relojoaria do Sul (ACORS)

5. Relatórios de deslocações

6. Apreciação e votação da nota de admissibilidade referente à Petição 549/X/4ª - "Apreciação e alteração do Decreto-Lei nº 647/76 de 31 Julho" (Rel: Cabe ao PCP)

7. Relatório sobre o "Acompanhamento dos Processos das Contrapartidas"

8. Outros Assuntos:

- Expediente
- Informações

No ponto 1 da Ordem do Dia, relativo aos **Requerimentos do PCP**, o Sr. Deputado João Oliveira apresentou, em bloco, os quatro Requerimentos, conforme os textos deles constantes.

O Sr. Deputado Afonso Candal, relativamente ao primeiro Requerimento, considerou ser já escasso o tempo para cumprir o plano de actividades da CAEIDR e recordou ter sugerido a realização de um estudo sobre pequeno comércio, no âmbito do protocolo existente entre a Assembleia da República e diversas Universidades portuguesas. Sugeriu que a votação desse Requerimento continuasse suspensa e solicitou à Mesa a distribuição de um texto do Grupo Parlamentar do PS com vista à consensualização de objecto e redacção, de forma a torná-lo num Projecto de Resolução. Quanto aos Requerimentos para audição do Ministro da Economia e da Inovação, recordou que a próxima se realizaria a breve prazo, a 17 de Fevereiro. Quanto ao Requerimento para audição do Presidente da Autoridade da Concorrência, recordou não estarem ainda esgotados os agendamentos – já previsto – dos reguladores, mas que o GP do PS não levantaria obstáculos. O Sr. Deputado João Oliveira anuiu em adiar a votação do primeiro Requerimento para a reunião seguinte da CAEIDR, mas não dos restantes.

A Sra. Deputada Rosário Águas iniciou a sua intervenção pela apresentação da Sra. Deputada Helena Oliveira, a quem desejou felicidades. Quanto aos Requerimentos, concordou com o facto de estar próxima uma audição regimental ao Ministro da Economia e da Inovação, ainda que destas não tenham vindo a trazer esclarecimentos adicionais e úteis. Sobre o Requerimento relativo ao debate sobre o pequeno comércio, recordou que está pendente na CAEIDR desde Julho de 2008, e que a proposta apresentada pelo

PS tem pouca relação com o Requerimento do PCP. Considerou, ainda, que as causas dos problemas que afectam o pequeno comércio decorrem do novo enquadramento jurídico do arrendamento, bem como da falta de vontade política para considerar o centro das cidades como fonte de dinamismo e de desenvolvimento. Recordou que o PS assumira como prioridade a reabilitação urbana, mas que esta tem ficado relegada. Finalmente, considerou que o investimento público nesta matéria seria útil ao país, pela manutenção do emprego e das empresas e pela reabilitação dos centros históricos e do turismo.

O Sr. Deputado João Oliveira deu conta, no âmbito dos Requerimentos respeitantes à audição do Sr. Ministro da Economia e da Inovação, da necessidade de isolar com urgência a questão, em sede de debate, por se tratar de uma empresa reiteradamente apoiada pelo Estado, contra contrapartidas de manutenção dos níveis de emprego, pretendendo o Requerimento saber o acompanhamento dado pelo Governo ao cumprimento do acordado.

O Sr. Presidente informou que o primeiro Requerimento seria, então, agendado para votação na reunião ordinária seguinte da CAEIDR, devendo o documento distribuído pelo GP do PS ser apreciado pelos Grupos Parlamentares para posterior eventual apresentação à Mesa sob a forma de um Projecto de Resolução de iniciativa conjunta. De seguida, foi submetido a votação o Requerimento sobre a *Tyco Electronics*, tendo este sido rejeitado com os votos contra do PS e favoráveis do PCP e PSD, registando-se a ausência dos GP do CDS-PP, BE e PEV. O Requerimento para audição da Autoridade da Concorrência foi, igualmente, submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade, registando-se a ausência dos GP do CDS-PP, BE e PEV. O quarto Requerimento foi considerado prejudicado.

O Sr. Deputado Jorge Seguro efectuou uma interpelação à Mesa para dar conta que o GP do PS colocará questões sobre a empresa *Tyco Electronics* ao Sr. Ministro da Economia e da Inovação, na audição de 17 de Fevereiro. O Sr. Presidente deu conta que a aprovação de Requerimentos não se sobrepõe em matéria de ordem de uso da palavra, deu as boas-vindas à Sra. Deputada Helena Oliveira e, ainda, deu conta da carta recebida do Sr. Presidente da Autoridade da Concorrência a propósito da audição respeitante à apresentação do relatório final da análise sobre o mercado dos combustíveis.

O Sr. Deputado Almeida Henriques efectuou uma interpelação à mesa sobre a ausência de resposta ao pedido efectuado pela CAEIDR ao Governo sobre a execução do QREN. O Sr. Presidente indicou que a Mesa efectuará nova diligência. O Sr. Deputado Almeida Henriques considerou, adicionalmente, que a CAEIDR poderia chamar para ouvir em audição o Gestor do Programa Operacional Factores de Competitividade. O Sr. Presidente informou que, a existir consenso, tal agendamento poderia ser efectuado, caso contrário implicaria a tomada de iniciativa de um Grupo Parlamentar. O Sr. Deputado Jorge Seguro reiterou que os GP têm à sua disposição meios próprios para solicitar informação, considerando o PS que existem elementos disponíveis. O Sr. Deputado Almeida Henriques recordou que a metodologia de acompanhamento do QREN aprovada pela CAEIDR previa a actualização corrente da execução do QREN, e que os vários gestores dos Programas Operacionais se comprometeram a enviar elementos com regularidade.

De seguida, no ponto 2 da Ordem do Dia, referente à **Apreciação dos Projectos de Resolução 197/X (PSD) - "Promoção dos aproveitamentos hidroeléctricos"** e **199/X (PSD) - "Promoção do aproveitamento energético da biomassa agrícola"**, o Sr. Presidente recordou a metodologia de tramitação dos Projectos de Resolução definida em sede de Conferência de Presidentes. A Sra. Deputada Rosário Águas reiterou a intervenção do Sr. Presidente, dando conta do trabalho de consensualização em torno de propostas de texto de substituição para os Projectos de Resolução supra-referidos. O Sr. Deputado Miguel Ginestal deu nota do acordo do GP do PS ao texto de substituição do Projecto de Resolução 199/X/2^a, enquanto o Sr. Deputado Ventura Leite deu nota de, após o debate em Plenário dos Projectos de Resolução e a sua baixa à Comissão para nova apreciação, o GP do PS dar a sua anuência à

proposta de texto de substituição do Projecto de Resolução 197/X/2ª. Sendo assim, os textos foram apreciados favoravelmente por unanimidade, registando-se a ausência dos GP do PCP, CDS-PP, BE e PEV.

No ponto 3 da Ordem do Dia, relativo ao **Ofício da Comissão de Orçamento e Finanças: Parecer sobre a Conta Geral do Estado**, o Sr. Presidente deu conta que o parecer anterior sobre a mesma matéria foi feito pelo GP do PS, pelo que foi designado o GP do PSD para elaboração do parecer.

No ponto 4 da Ordem do Dia, referente ao **Relatório da audiência concedida à Associação dos Comerciantes de Ourivesarias e Relojoaria do Sul (ACORS)**, o Sr. Deputado Lúcio Ferreira apresentou o relatório e as propostas dele constantes. Não havendo intervenções, o Relatório foi aprovado por unanimidade, registando-se as ausências dos GP do PCP, CDS-PP, BE e PEV.

No ponto 5 da Ordem do Dia, relativo a **Relatórios de Deslocações**, os Srs. Deputados Miguel Ginestal e Carlotto Marques apresentaram os Relatórios da Deslocação ao Congresso Ibérico de Desenvolvimento Rural Sustentável. O Sr. Deputado Miguel Ginestal apresentou, ainda o relatório da sua deslocação à VIII Conferência Anual da Rede Parlamentar do Banco Mundial.

O ponto 6 da Ordem do Dia, referente à **Apreciação e votação da nota de admissibilidade referente à Petição 549/X/4ª - "Apreciação e alteração do Decreto-Lei nº 647/76, de 31 Julho"** foi adiado para a reunião ordinária seguinte.

No ponto 7 da Ordem do Dia, relativo ao **Relatório sobre o "Acompanhamento dos Processos das Contrapartidas"**, o Sr. Deputado Ventura Leite apresentou o Relatório e o histórico da actividade do Grupo de Trabalho – Acompanhamento das Contrapartidas (GT), bem como as conclusões e propostas constantes do documento, considerando cumprido o mandato conferido ao Grupo de Trabalho.

O Sr. Deputado Helder Amaral cumprimentou o Sr. Deputado Ventura Leite, Coordenador e Relator do GT, considerando terem sido analisadas as consequências decorrentes da falta de acompanhamento eficaz e de qualidade por parte do Governo na matéria em questão e levantadas questões pertinentes. Recordou que, em Espanha, foi criado um sector aeronáutico à custa da boa gestão dos dossiers das contrapartidas.

O Sr. Deputado Afonso Candal registou a persistência do GT e recordou os casos recentes de aproveitamento do investimento na energia eólica. Concordou existirem questões que nem sempre correram bem, daí a pertinência de constituir um Grupo de Trabalho dedicado ao Acompanhamento das Contrapartidas. Quanto à 1ª proposta constantes no Relatório, considerou fazer sentido que o Governo reequacione o modo de funcionamento da Comissão Permanente de Contrapartidas (CPC). Relativamente à 2ª proposta, considerou que esta parece decorrer da escassez de informação, que é excessiva e poderá ir além da motivação do GT. Propôs que se tentasse obter por outra via a informação ainda não disponível e, nesse sentido, não submeter ainda a votação o Relatório, sugerindo ao Presidente da CAEIDR a promoção, junto da Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações (COPTC), de uma reunião conjunta com o Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (MOPTC), por ocasião da próxima audição regimentalmente prevista e, na sequência dos esclarecimentos nela prestados, avaliar o passo seguinte a dar. Relativamente à 3ª proposta, recordou estar em curso uma iniciativa na COPTC, pelo que teria mais utilidade a CAEIDR associar-se a este trabalho.

A Sra. Deputada Rosário Águas começou por felicitar o Grupo de Trabalho e o Deputado Coordenador, em particular, pelo relatório conciso, objectivo e consequente. Solicitou esclarecimentos sobre eventuais

discrepâncias entre a redacção da síntese e das propostas referentes à CPC. Relativamente à 1ª proposta constante do Relatório, considerou que a tutela da CPC deveria estar sedeadada na Presidência do Conselho de Ministros, o que não é a proposta do Grupo de Trabalho, mas considerou que a proposta do Relatório é um bom caminho, pelo contacto permanente com novos potenciais investidores. Quanto à 2ª proposta, não considerou excessiva nem distinta face a outros organismos públicos que são submetidos a auditorias do Tribunal de Contas. Finalmente, quanto à 3ª proposta, considerou ser impossível realizar a referida iniciativa pela ausência de cadernos de encargos e de execução dos investimentos propostos.

O Sr. Deputado Afonso Candal interpelou a Mesa esclarecendo que todos os anos o Tribunal de Contas efectua auditorias a pedido da Assembleia da República e acrescentando que, para colmatar a ausência de alguma informação, se deve procurar uma solução com vista a possuir a informação, considerando que o pedido de auditoria ao Tribunal de Contas não é a melhor opção para esse efeito.

O Sr. Presidente passou a palavra ao Sr. Deputado Ventura Leite, Coordenador e Relator do Grupo de Trabalho, para se pronunciar quanto às intervenções efectuadas.

O Sr. Deputado Ventura Leite agradeceu os cumprimentos efectuados e concordou com a perda de precisão de redacção entre os pontos da síntese e das propostas do Relatório, esclarecendo que o objectivo é que a AICEP integre a CPC. Acrescentou que a preocupação do Grupo de Trabalho é contribuir para que seja maximizado o contributo dos projectos analisados para a economia nacional. Quanto à 3ª proposta do Relatório, informou que o objectivo é recolher informações e pareceres para que possam ser transmitidos ao Governo os elementos a constar dos cadernos de encargos desse investimento, de modo a maximizar o seu impacto na economia nacional. Quanto à 2ª proposta, precisou que o papel do Tribunal de Contas não é o de avaliar a acção política, mas sim as propostas concretas e as situações delas decorrentes. Referiu, ainda, a necessidade do acordo dos colegas do Grupo de Trabalho para adiar a votação do Relatório para momento posterior à audição do MOPTC.

O Sr. Deputado Afonso Candal registou que o Tribunal de Contas não deve avaliar decisões políticas, e recordou que o MOPTC poderá prestar esclarecimentos adicionais na próxima audição regimental na Assembleia da República. Questionou, ainda, se a 3ª proposta do Relatório se consubstanciará numa proposta a ser inserida no Plano de Actividades da CAEIDR.

O Sr. Presidente recordou que o Deputado relator tem autonomia para decidir, mas considerando que este manifestou o desejo de ouvir os colegas do Grupo de Trabalho, questionou-o qual a opção a tomar.

O Sr. Deputado Ventura Leite propôs que as sugestões em debate fossem ponderadas pelos diversos membros do Grupo de Trabalho e que a discussão continuasse em reunião posterior da CAEIDR. Precisou, ainda, que o Tribunal de Contas, enquanto entidade externa à Assembleia da República e ao Governo, avalia o desempenho e não a acção política dos Ministérios.

O Sr. Presidente recordou as competências da Assembleia da República e que as alíneas a) e b) da 2ª proposta do Relatório vão além das questões de acompanhamento das Contrapartidas, que são o âmbito do Grupo de Trabalho. Sugeriu, enfim, que o Grupo de Trabalho apreciasse as propostas apresentadas e que o Relatório fosse votado em reunião posterior da CAEIDR.

A Sra. Deputada Rosário Águas, relativamente à 3ª proposta do Relatório, deduziu ser o objectivo o de ouvir entidades especialistas no processo, com o objectivo de averiguar o impacto dos investimentos em questão na economia nacional. Relativamente às questões levantadas na 2ª proposta do Relatório, considerou estarem enquadradas no âmbito das competências do Tribunal de Contas e não se tratarem de uma apreciação política, para além de estarem relacionadas com o processo das contrapartidas.

O Sr. Deputado Afonso Candal requereu oralmente passar-se à votação do Relatório, recordando que os restantes membros do Grupo de Trabalho estavam ao corrente da reunião.

A Sra. Deputada Rosário Águas deu conta que a ausência do Sr. Deputado Hugo Velosa – membro do Grupo de Trabalho – se devia à sua participação nos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, tendo sobre tal facto dado conhecimento ao Presidente da CAEIDR. Acrescentou que o requerimento para votação imediata do Relatório contrariava os procedimentos habituais vigentes na CAEIDR.

O Sr. Presidente recordou que o procedimento habitual na Comissão é alterar os pontos da Ordem do Dia quando se consegue o consenso.

A Sra. Deputada Rosário Águas solicitou a suspensão dos trabalhos por 10 minutos, o que foi aceite.

Após a retoma dos trabalhos, o Sr. Deputado Ventura Leite deu conta da consulta efectuada ao Grupo de Trabalho, sugerindo adiar a votação para momento posterior à reunião com o MOPTC, de modo a assegurar a postura consensual e de espírito construtivo do Grupo de Trabalho. Os Grupos Parlamentares presentes deram, igualmente, anuência. Sendo assim o Sr. Presidente adiou a votação do Relatório para reunião subsequente da CAEIDR.

No ponto 8 da Ordem do Dia, referente aos **Outros Assuntos**, o Sr. Presidente recordou a audição do Sr. Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas a 27 de Janeiro, e do Sr. Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional a 17 de Março.

Não havendo mais assuntos a tratar, o Sr. Presidente deu por terminada a reunião pelas 18h15, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. A audição foi gravada, constituindo a gravação parte integrante desta acta.

Palácio de São Bento, 20 de Janeiro de 2009.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

Rui Vieira

Nota: Acta aprovada na reunião de 3 de Março de 2009.

Folha de Presenças

Estavam presentes nesta reunião os seguintes Srs. Deputados:

- Afonso Candal
- António Almeida Henriques
- David Martins
- Duarte Lima
- Helder Amaral
- Hortense Martins
- Jorge Seguro Sanches
- Lúcio Ferreira
- Maria Idalina Trindade
- Mendes Bota
- Miguel Ginestal
- Pedro Nuno Santos
- Rita Miguel
- Rosário Águas
- Rui Vieira
- Ventura Leite
- Horácio Antunes
- João Oliveira
- Miguel Laranjeiro
- Nuno Antão
- Teresa Venda

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

- Agostinho Lopes
- Carlos Poço
- Luís Fazenda

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

- Francisco Madeira Lopes
- Hugo Velosa